



Anais da Assembléia

N.º 146

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 17 DE NOVEMBRO DE 1976

ANO II

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.^a LEGISLATURA ATA DA 223.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 1976.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Francisco Escorsin e Lúcio Machado.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Trajano Bastos, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (34); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aguinaldo Pereira Lima, Adalberto Daros, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Jayme Rodrigues Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, (20).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 34 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 225/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 341/76, Mensagem n.º 98/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Re-ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de NOVA LONDRINA, objetivando execução de obras de combate à erosão no referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 18, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução N.º 234/76.

Levanta-se a sessão.

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.^a LEGISLATURA ATA DA 224.^a SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 1976.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Maurício Fruet.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (34); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aguinaldo Pereira Lima, Adalberto Daros, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Jayme Rodrigues Carvalho, Luiz Alberto Oliveria, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, (20).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o n.º 208/76 do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sido **VETADO INTEGRALMENTE** o projeto de lei n.º:

138/75: do Senhor Deputado Osvaldo Macedo, o qual dispõe o autógrafo que "É proibida a exigência de atestado ideológico, notadamente certidão da Delegacia da Ordem Política e Social, em qualquer repartição da administração indireta ou direta do Estado" e que "As portarias ou resoluções de qualquer repartição que fizerem referência a essa exigência deverão ser alteradas, para excluí-la, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta lei".— **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n.º 49/76 do Senhor Presidente J;B; Bley Pereira, comunicando que o Colégio Bom Jesus, estava presente no dia 24 próximo passado, com sua Banda Marcial no XIX Campeonato Brasileiro de Bandas Marciais em São Paulo. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 09/76 do Senhor HELMUTH WIESE, Presidente da Confederação Brasileira de Apicultura, no qual encaminha a esta Casa cópia das Moções aprovadas em Plenário do IV Congresso Brasileiro de Apicultura, realizado em Curitiba nos dias 9 à 11 de setembro do ano em curso.— **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 205/76 do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **SANCIONADO** o Projeto de Lei n.º 75/76: do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que denomina Coronel Fabriciano do Rego Barros, ao Quartel General do Corpo de Bombeiros do Paraná. — **Agradeça-se.**

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer, na forma regimental, a inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento, ontem, do Vereador SÍLVIO DRUMOND, Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá.

Homem público íntegro, que detinha grande liderança política em Paranaguá, Sílvia Drumond foi vereador por várias legislaturas e sempre se notabilizou pela intransigência com que defendia os interesses do povo, do qual era um mandatário fiel. A sua abrupta morte abre irreparável lacuna nas lides políticas de Paranaguá, que se vê privada de um de seus mais proeminentes líderes.

O fato é contristador para todos quantos tiveram o privilégio de conhecê-lo e com ele conviver, pois Sílvia Drumond era o próprio exemplo de lealdade exarcebada, veemente disposição de luta e indiscutível honestidade.

Pede-se, também, que da decisão do Plenário se dê ciência à família enlutada e à Câmara Municipal de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 16 de Novembro de 1976.

(A) ACCIOLY NETO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando as atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, requer à Mesa; ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Raul Proença, ex-Prefeito Municipal, líder político udenista e arenista, tendo tido real destaque no exercício destas atividades.

Concorreu com sua atuação política e administrativa para o desenvolvimento do município de São Jerônimo da Serra.

Outrossim, requer ainda, seja dado conhecimento da decisão desta Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1976.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, seja consignado voto de regozijo pelo transcurso do Jubileu de Prata do município de Cascavel, que comemorou 25 anos, em 14 de novembro de 1976.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Elevada a município pela Lei Estadual número 790, de 14 de novembro de 1951, Cascavel vem apresentando um desenvolvimento dos mais elevados, sendo inclusive, um dos municípios de Ouro de Estado.

Com uma área de quase três mil metros quadrados, o município de Cascavel integra a micro-região do extremo-oeste paranaense, possuindo uma produção agrícola das maiores, inclusive de soja, o que bem demonstra a pujança da terra. Além disso, a pecuária igualmente vem alcançando elevados índices, e o setor industrial se expande dia a dia, com novas indústrias se instalando na Capital do Oeste, acompanhadas de um comércio dos mais diversificados.

Faz-se necessário salientar que esse desenvolvimento fantástico, obtido em tão pouco tempo, deve-se ao trabalho construtivo do povo cascavelense, povo este formado por pioneiros corajosos e arrojados, vindos dos mais diversos lugares deste imenso Brasil, que acreditaram na região, promovendo assim o enquadramento da cidade de Cascavel no contexto do Estado, entre as maiores do Paraná.

Com apenas 25 anos, comemorando com galhardia o seu Jubileu de Prata, Cascavel continua crescendo vertiginosamente, em especial agora, com a construção da hidrelétrica de Itaipu, que veio contribuir consideravelmente para o aumento da população regional.

Assim sendo, nada mais justo do que a homenagem do Poder Legislativo Estadual, nesta data tão significativa, através deste Deputado que tem a honra de representar aquela cidade e região nesta Casa de Leis.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 130/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS EMISSORAS DE RADIODIFUSÃO DO PARANÁ — "AERP", com sede na cidade em que residir o Presidente e Foro na Capital do Estado.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1976.

(a) IVO THOMAZONI.

JUSTIFICATIVA:

A Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná — é uma entidade que tem por objetivo integrar a radiodifusão do Estado, promovendo a defesa da democracia e da livre iniciativa, pugnando pela observância dos princípios constitucionais da liberdade de difusão e programação e da liberdade de expressão do pensamento.

Representando a classe, defende os direitos dos concessionários e permissionários, assim como o livre exercício de suas atividades, dentro das garantias legais, além de inúmeras outras medidas, visando alcançar os seus elevados objetivos.

Pelos relevantes serviços que presta à comunidade, que tem na difusão um dos mais autênticos meios de garantia de suas liberdades, é que propomos o presente plano de lei, para o qual contamos com o apoio de nossos Pares.

PROJETO DE LEI N.º 131/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PATO BRANCO — "APAE", com sede em Pato Branco.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de Novembro de 1976.

(a) IVO THOMAZONI.

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pato Branco, é uma entidade de caráter filantrópico, cuja finalidade precípua é promover o bem estar e ajustamento social das crianças excepcionais.

Esta finalidade é alcançada não só por atividades próprias, como também pela cooperação com instituições congêneres, quer públicas quer particulares.

Prestando serviços de inestimável valor à comunidade, é justo que o poder público reconheça a sua utilidade pública, ou-

torgando-lhe o competente diploma legal.

Esperamos contar com o apoio de nossos Pares à essa proposição.

PROJETO DE LEI N.º 132/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, através da sua representação no Estado do Paraná, a SOCIEDADE BENEFICIENTE DOS OFICIAIS DAS FORÇAS ARMADAS — SBOFA, com sede na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1976

(a) FABIANO BRAGA CORTES

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, é uma sociedade civil beneficente, que tem por objetivo instituir pecúlio e montepio, além de participar intensamente em programas de filantropia.

A documentação que anexamos ao presente, e mais o exemplar dos Estatutos, bem comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais exigidos pela Legislação Federal e Estadual, para a sua declaração de utilidade pública.

Nestas condições, é que apresentamos o presente plano de lei, que temos a certeza contará com o apoio e aprovação dos nobres Pares, com assento nesta colenda Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 133/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "LAR MARIANA BARBOSA", com sede e foro na cidade de Castro.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1976.

(a) DÁCIO LEONEL

JUSTIFICATIVA:

Com o presente projeto de lei propugnamos o reconhecimento público do Lar Mariliana Barbosa, da cidade de Castro, que por longo tempo vem prestando inestimáveis serviços assistenciais àquela comunidade.

Revestida de todos os requisitos legais exigidos pela Legislação Federal e Estadual reguladora da matéria, conforme a documentação que anexamos ao presente, temos certeza que contaremos com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 134/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "CENTRO ESPÍRITA JESUS PERANTE A CRISTANDADE", com sede e foro na cidade de Castro.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1976.

(a) DÁCIO LEONEL

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, segundo a documentação que anexamos ao presente, está revestida de todos os requisitos legais exigidos pela legislação Federal e Estadual, reguladora da matéria.

Com a presente proposição, propugnamos o seu reconheci-

mento público, de vez que, os serviços que a mesma vem prestando por longos anos à comunidade de Castro, a faz merecedora.

Com isso, esperamos contar com o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 34 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — APOIADOS. — Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — APOIADOS. — Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 226/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 343/76, Mensagem 100/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Re-ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de TAPEJARA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, no referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 227/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 267/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de GUAPOREMA, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR SANTA RITA DE CÁSSIA, da sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 228/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 334/76, Mensagem 91/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 229/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 348/76, Mensagem 105/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de FLORESTA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 230/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 356/76, Mensagem 108/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de MARILENA, objetivando execução de reparos no prédio do GINÁSIO ESTADUAL CÂNDIDO BERTHIER FORTES, da sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 231/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 357/76, Mensagem 108/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de MANDAGUAÇU, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam POSTO DE PUERICULTURA, UNIDADE SANITÁRIA e DIVERSOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 232/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 364/76, Mensagem 108/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de ASSAÍ, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR DIOGO ANTONIO FEIJÓ, da sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 232/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 19 de julho de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ASSAÍ, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Diogo Antonio Feijó, na sede daquele Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Nilso Sguarezi, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO 364/76

A presente Proposição 364/76, oriunda da Mensagem Governamental 108/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de ASSAÍ, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido Município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1976

(aa) Accioly Neto, Presidente; Nilso Sguarzi, Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 233/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 369/76, Mensagem 108/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de ITAGUAGÉ, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o GINÁSIO ESTADUAL e o GRUPO ESCOLAR daquele Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 233/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 20 de julho de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ITAGUAGÉ, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual de Itaguagé e o Grupo Escolar Presidente Vargas, da sede daquele Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Ezequias Losso, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO 396/76

A presente Proposição 396/76, oriunda da Mensagem Governamental 108/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de ITAGUAGÉ, objetivando execução de reparos em próprios do Estado naquele Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido Município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1976

(aa) Accioly Neto, Presidente; Ezequias Losso, Relator

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Raul Proença. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do Jubileu de Prata do município de Cascavel. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Vereador Sílvia Drumond, Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá. — APROVADO.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) Sr. Presidente, consulto à Mesa se a Mensagem do Estatuto será incluída na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Ainda não está marcada a Redação Final do Estatuto, porque tem sido um projeto muito emendado, teria que ter maior número de Srs. Deputados presentes na Casa e também porque, só agora, está sendo distribuído o avulso e nem todos receberam ainda o avulso.

É necessário que todos examinem e estudem a redação final, para que possam votar com tranquilidade e segurança. Por esta razão não marquei ainda a discussão da Redação Final.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço, Sr. Presidente, porque a minha preocupação é que já foi publicado e fui consultado há dias no meu município do Vale do Itaipó sobre a votação da Redação Final.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Será colocado em votação na segunda ou terça-feira.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando

outra para amanhã, dia 18, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 232/76 e 233/76.

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 235/76 e 236/76.

marcando ainda uma sessão para sexta-feira, dia 19, às 14,30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 122/76, Orçamento Geral do Estado.

Isso para que tenhamos o interstício necessário de 48 horas entre o anúncio da votação e a votação.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei 107, 179/75, 99, 102, 113, 116/76, e dos de Resolução 153, 181, 187, 191, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 207, 209, 210, 211/76.

Levanta-se a Sessão.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

8.^a LEGISLATURA — 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 32.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado BASÍLIO ZANUSO, Havendo número legal o Sr Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o Deputado Luiz Alberto de Oliveira apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI 104/76, de autoria do Dep. Paulo Camargo, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária Santo Inácio de Loyola, com sede e foro nesta Capital. PROJETO DE RESOLUÇÃO 183/76, de autoria da C.C.J., ex-Proposição 299/76, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Paraíso do Norte, objetivan-

do execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido Município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 192/76, de autoria da C.C.J., ex-Proposição 325/76, que aprova Convênio firmado entre o Governo do Estado e o Mun. de Pato Branco, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Prof. Agostinho Pereira, do referido Mun. PROJETO DE RESOLUÇÃO 194/76, de autoria da CCJ, ex-Proposição 188/76, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Mun. de Siqueira Campos, objetivando melhorias no prédio do Ginásio Estadual, da sede do referido Município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 195/76, de autoria da CCJ, ex-Proposição 191/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Mun. de Fênix, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública no referido Mun. PROJETO DE RESOLUÇÃO 196/76, de autoria da CCJ, ex-Proposição 196/76, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Mun. de Porto Rico, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Mun. PROJETO DE RESOLUÇÃO 197/76 de autoria da CCJ, ex-Proposição 220/76, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Mun. de Borrazópolis, objetivando a execução de fornecimentos de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, conforme especifica. PROJETO DE RESOLUÇÃO 198/76, de autoria da CCJ, ex-Proposição 223/76, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Mun. de Wenceslau Braz, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, conforme especifica. PROJETO DE RESOLUÇÃO 199/76, de autoria da CCJ, ex-Proposição 240/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Mun. de Palmital, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam as Casas Escolas do referido Mun. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) BAZÍLIO ZANUSO — Presidente
Lélío G. Sotto-Maior — Secretário